

STATUS DO KRIOL DA GUINÉ-BISSAU FRENTE AO PORTUGUÊS

Vladimir Renato Nanfadi¹

Gislene Lima Carvalho²

Resumo: O presente trabalho procurou compreender sobre as políticas linguísticas e suas ações com o status do kriol guineense. Sendo assim, buscamos apontar as consequências que essas políticas trouxeram para a sociedade guineense e qual seria o mecanismo a ser usado a partir de então. Assim, apresentamos uma discussão teórica sobre as políticas linguísticas, baseando em autores que falaram sobre tal matéria, como Calvet (2002, 2007), Sampa e Lopes (2017), Namone e Timbane (1996), entre outros. Buscamos exemplificar como é que essas políticas atuam na sociedade guineense e seu impacto no ensino escolar. O pouco contato com a língua oficial e a questão de não implementação da língua kriol no ensino guineense são fatores que afastam os guineenses do mundo da ciência impossibilitando, assim, sua compreensão. Com tudo isso, compreendemos, a partir deste estudo, que é fundamental fazer com que a língua kriol seja valorizada. Algumas dessas ações seriam: engajamento do Estado guineense na construção de uma nova política educacional voltada à realidade do país; a valorização do kriol como sendo a língua nacional e materna da maior parte dos guineenses, algo que faria com que a língua kriol passasse a ser ensinada nas escolas do país. Se levarmos tudo isso em consideração, acreditamos que tais medidas poderiam contribuir na política educacional do país.

Palavras-chave: Políticas linguísticas. Kriol guineense. Identidade educacional

Abstract: The present work sought to understand the linguistic policies and their actions with the status of the Guinean kriol. Therefore, we seek to point out the consequences that these policies brought into Guinean society and what would be the mechanism to be used from then on. Thus, we present a theoretical discussion on linguistic policies, based on authors who spoke on such subject, such as Calvet (2002, 2007), Sampa and Lopes (2017), Namone and Timbane (1996), among others. We seek to exemplify how these policies operate in Guinean society and their impact on school education. The little contact with the official language and the question of not implementing the Kriol language in Guinean teaching are factors that keep Guineans from the world of science, making it impossible to understand it. With all this, we understand, from this study, that it is fundamental to make the Kriol language valued. Some of these actions would be: Commitment of the Guinean State in the construction of a new educational policy back to the country's reality; the valorization of kriol as the national and mother tongue of most Guineans, something that would make the kriol language to be taught in schools in the country. If we take all of this into account, we do believe that such measures could contribute to the country's educational policy.

Keywords: Linguistics policies. Guinean's kriol. educational identity

¹ Graduando do curso de Letras - Língua Portuguesa na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). e-mail: vladimirrenatonanfadi@hotmail.com

² Orientadora. Professora do curso de Letras - Língua Portuguesa na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). e-mail: gislenecarvalho@unilab.edu.br

Introdução

Como se sabe, as políticas linguísticas são praticadas por mentores que visam à escolha das línguas em qualquer que seja sociedade, por isso, quando se pensa na oficialização duma língua, ela é indispensável. É nesse sentido que o presente trabalho versará sobre a língua crioulo da Guiné-Bissau.

A criouloização é resultado de um encontro entre duas sociedades de características distantes, a autóctone (africana), representada pelos diversos grupos étnicos da Costa Ocidental do Continente Africano, e a Europeia, constituída pelos navegadores portugueses e comerciantes que se lançaram nos oceanos a procura de especiarias nos meados do século XV (FILHO, 2003, p. 2).

O presente trabalho procurou entender de que forma se deu o processo do status do crioulo guineense em detrimento do português de Portugal. É sabido de que durante os primeiros contatos entre os portugueses e os nativos daquela região, havia dificuldade na forma de comunicação devido às diferenças em termos de língua falada. Neste sentido, essas diferenças proporcionaram o surgimento da língua crioulo que possibilitou a compreensão entre estes povos. Por outro lado, o crioulo foi uma das armas verbais que dinamizou a unificação de diversos grupos étnicos como elemento de comunicação durante a luta de libertação nacional contra o colonialismo português. Atualmente, o crioulo é a língua mais falada no território guineense.

Tal fato e, também, a pertença como guineense e falante do crioulo, constituem as principais razões motivacionais desta pesquisa, suscitando, assim, meu interesse em compreender o status da língua crioulo em detrimento da variedade do português europeu em várias dimensões, a saber: política, social, econômica e acadêmica.

Por exemplo, no que toca à política, poderá contribuir como um elemento informador para os governantes na forma de montar estratégias do uso da língua crioulo nas escolas, com o intuito de melhorar o nível de aprendizagem dos diferentes alunos que nas suas casas, ou seja, as aldeias, têm o crioulo como o veículo de comunicação do quotidiano, porém não é utilizado como língua de ensino nas escolas.

Em termos da organização, o trabalho está dividido em quatro seções. Na primeira sessão, falou-se do Percurso histórico do crioulo da Guiné-Bissau; na segunda sessão, fez-se abordagem sobre o status de Crioulo; na terceira, trouxe considerações sobre

caminhos para valorização do crioulo na Guiné-Bissau e por último, têm-se as considerações finais.

1. Percurso histórico do crioulo da Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau é um país que fica situado na Costa Ocidental de África, tem superfície total de 36.125km² com população de aproximadamente 1.520.830 habitantes e com mais de 20 etnias que constituem um mosaico cultural da sua história, faz fronteira com a República do Senegal ao norte do país com a República da Guiné-Conacri ao sul e leste do país e a Oeste com Oceano Atlântico.

O país fez a proclamação da sua independência no dia 24 de setembro de 1973 depois de uma guerra dentro do seu território contra os invasores e exploradores portugueses que durou 11 anos, e graças à resistência dos seus combatentes da liberdade da pátria, conseguiram afastar os portugueses do seu território. Portugal não reconheceu a independência da Guiné-Bissau no mesmo ano, ele veio a reconhecer a sua independência um ano depois. Nas ex-colônias portuguesas, a Guiné-Bissau é o primeiro país a tornar-se independente (INE, 2009, p. 231).

Após a proclamação da independência, o estado escolheu o português como língua oficial do país. Tal escolha, para a maioria, justificava-se pelo fato da língua portuguesa já possuir uma estrutura sólida tanto a nível de escrita assim como oral e, também, pela facilidade e privilegio que esta língua dava ao país a nível internacional, como referia Amílcar Cabral

O crioulo que, desde processo da luta armada, foi, com certeza, uma das fermentas verbais que dinamizou a unificação de diversos grupos étnicos como elemento de comunicação durante a luta de libertação nacional contra o colonialismo português, foi descartado como uma das possibilidades por alegações que, na verdade, fazia sentido, pois sua adoção, naquela altura, implicaria em fazer trabalhos como: definir um sistema alfabético, padronizar sua escrita e etc. tudo isto, naquela altura, seria muito difícil para uma jovem nação que começou a dar seus primeiros passos como um país soberano.

Todavia, não se seguiu, tal como projetava Cabral, que havia necessidade, num futuro próximo, trabalhar a estruturação da língua crioula. Ademais, o ensino da língua portuguesa, que na visão de vários especialistas é descontextualizado, acontece como língua materna, quando na verdade devia ser ensinada como adicional, razões que contribuem pelo fraco domínio e, também, o desinteresse dos guineenses na utilização

desta língua. Em contrapartida, ganha mais espaço o crioulo que em todos os âmbitos e a língua é utilizada, como, por exemplo, na escola.

Segundo as literaturas, o crioulo guineense, é o resultado de um encontro entre duas sociedades de características distantes: a autóctone (africana), representadas pelos diversos grupos étnicos da Costa Ocidental do Continente Africano, e a Europeia, constituídos pelos navegadores portugueses e comerciantes que se lançaram nos oceanos a procura de especiarias nos meados do século XV. Na visão da Embalo (2008), o crioulo é uma língua de base portuguesa, mas tem a sua gramática e seu próprio léxico. O crioulo até hoje não tem uma definição da sua origem; neste sentido, alguns autores afirmam que o crioulo nasceu em Cabo Verde, outros defendem que foi na Guiné-Bissau que surgiu. Peck (1988) e Kihm (1994) afirmam que o crioulo nasceu em Cabo Verde, Rougé (1986), por outro lado, sustenta que foi na Guiné-Bissau que o crioulo nasceu. A afirmação de Rougé (1986) converge com a da Embalo (2008)

Muito próximo do crioulo falado em Cabo Verde, ou o caboverdiano, o crioulo forma com este o Grupo Crioulo da Alta Guiné, o mais antigo de línguas crioulas de base portuguesa. Ele é também falado na região sul do Senegal, a Casamansa, parte integrante da colónia portuguesa da Guiné até 1899 (EMBALO, 2008, p. 102).

Como se pode constatar, a língua crioulo da Guiné-Bissau, diferentemente daquilo que é veiculado, nasceu, segundo os dois autores, na mesma Guiné-Bissau.

Assim como outras línguas, o crioulo da Guiné-Bissau possuiu suas variações tanto na escrita assim como na fala. No nível da escrita, por exemplo, existe discrepância em termos de escrever, pois ela não tem uma ortografia padronizada, ou seja, não existe a norma padrão na sua escrita. Há palavras que são escritas de forma diferentes, mas expressam o mesmo sentido. Assim, vê-se uma grande liberdade na forma de escrever, liberdade essa que permite com que as pessoas não fiquem presas a uma só forma de escrever. Por exemplo, na língua crioula para se dizer “não vou agora” existe uma variedade na forma de escrita, como podemos constatar a seguir:

Ami nkana bai gos

Ami nka na bai gosi³

Repare que após o sujeito (ami), há discrepância. Na primeira frase, temos “nkana” colado, e na segunda temos “nka na” separado. Esta variedade, tal como foi

³ Exemplos criados pelo autor.

explicado acima, deve-se a não padronização do crioulo, possibilitando, assim, a disparidade em termos da escrita.

No nível da fala, existe também a questão da variedade que, tal como nas outras línguas, deve-se ao fator de localidade, ou seja, regionalismo. Na cidade de Bissau, por exemplo, é fácil perceber, através do sotaque, que a pessoa veio ou cresceu no meio das pessoas do interior. Importante ressaltar, também, que a variação linguística não se limita só no regionalismo, mas, também, na faixa etária, nível acadêmico etc.

Há, na Guiné-Bissau, vários grupos étnicos e cada grupo tem a sua própria língua, mas o kriol (guineense) que é o seu suporte, ou seja, é a língua franca que faz uma ponte, mantendo a relação entre todas estas etnias, pois não pertence a uma etnia específica, mas sim é uma língua da unidade nacional na qual a maioria da população guineense se comunica.

Por outro lado, a Guiné-Bissau é vista como um país pluricultural, com grande diversidade étnica e linguística, é muito fácil identificar que alguns desses grupos têm algumas semelhanças linguísticas que podem ser observados na maneira de chamar algumas coisas, objetos, animais, etc., sobretudo em nível fonológico, como se pode ver no exemplo abaixo das algumas etnias, a saber: Mancanha, Manjaca e Papel, retirados de Silva & Sampa (2017, p. 231).

Quaro 1: Etnias que apresentam semelhanças na Guiné-Bissau

Língua	Português	Mancanha	Manjaca	Papel	Crioulo
Vocábulos	Pessoas	Banham	Banhan	Banhars	
	Vaca	Uit	Uit	Oit	
	Homem	Nhintch	Nintch	Nhisr	

Fonte: Silva & Sampa (2017, p. 231).

Além desses grupos étnicos, há também alguns grupos que existem e que tomam parte do mosaico cultural da Guiné-Bissau. Couto e Emabaló (2010, p. 31), afirmam que “é preciso ressaltar que muitas variedades linguísticas tidas como “línguas” diferentes não passam de “nomes” diferentes para dialetos de uma mesma língua.”

Neste caso, kriol não é uma variedade nem dialeto de uma língua, principalmente, a portuguesa, por mais esta tem base lexical português por convivência que tinham num passado longínquo. Assim como a língua portuguesa, também boa parte do seu léxico vem das línguas étnicas local.

Atualmente, o crioulo é a língua mais falada no território guineense e “é falado por mais de 90,4% dos guineenses em diferentes faixas etárias, mesmo não sendo ainda considerado pelas autoridades do país como uma língua oficial da Guiné-Bissau” (INE, 2009, p.232). Ademais, o crioulo é o elo entre os guineenses, percebe-se que o número da população guineense “que sabe falar a língua portuguesa corresponde a 27, 1%, e, apenas 5% sabe falar francês INE (2009”, p. 232). Ao ver as estatísticas percebe-se que o crioulo é usado como um suporte que facilita uma compreensão entre esses grupos étnicos existentes no país; também contribui bastante nas trocas comerciais e nos meios de comunicação social (rádio), além nos três poderes do Estado (executivo, legislativo e judiciário) e, principalmente, nos debates e nas discussões que decorrem na Assembleia Nacional Popular e em diversos lugares no país.

Existem notícias que são veiculadas nas rádios em português, mas grande parte da grelha de programação passa em crioulo.

Com a importância desses elementos, nesse caso, percebe-se que o crioulo é uma língua franca, porque ela é falada por maior parte da sua população e vale ressaltar que as pessoas que não falam o crioulo no seu dia a dia por algum motivo maior, sabem falar, mas, depende do meio que esta pessoa está inserida e, qual é a língua étnica mais dominada no seu meio. Isso leva com que o crioulo fica menos usada nesta comunidade. Na verdade, as diferentes etnias se conseguem comunicar entre eles graças ao crioulo, segundo Couto Embaló (2010, p. 28).

2. Políticas Linguísticas e o status do crioulo em Guiné Bissau

A Guiné-Bissau é um país multilíngue, ou seja, possui várias línguas. Dentre estas línguas, o português que é a sua língua oficial e do ensino. No contexto específico da Língua Portuguesa, pode-se dizer que no período histórico de colonização em Guiné Bissau, os sujeitos que já se encontravam naqueles espaços sofreram imposições da língua hegemônica na mesma medida em que suas línguas nativas eram alvos de processos de apagamento

No entanto, a língua crioulo, falada por maior parte da população guineense, ou seja, constitui o maior veículo de comunicação entre as populações. É evidente que a língua é um veículo primordial na vida dos guineenses, ela é a identidade do povo guineense. E está ligada à sua cultura, às suas relações econômicas, socioculturais e às produções científicas. Sendo assim, o Estado deve criar uma política linguística capaz de

englobar as demais línguas faladas no seu território. Caso contrário, estaria a negar as identidades e as culturas de uma/as das suas facetas culturais. Portanto, é urgente pensar numa política linguística que leve a sério a questão da oficialização da língua crioula da Guiné-Bissau de modo a criar uma facilidade não só na forma de ensino nas escolas, mas, sobretudo, no processamento e desenvolvimento do conhecimento.

Segundo Calvet (2002), define-se política linguística como “um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua (s) e vida social, e planejamento linguístico [como] a implementação prática de uma política linguística, em suma, a passagem ao ato”, (p. 145). Segundo o autor, as políticas linguísticas podem ser pensadas por um grupo de indivíduos que pensam de uma forma diferente aos outros grupos, ou seja, de pessoas que não têm a mesma ideologia. Essa ideia será levada junto ao estado para ser analisada se poderá ser implementada estado como uma política oficial.

Segundo o autor, é o Estado que tem por direito avaliar se aquela proposta apresentada por esse grupo de pessoas é viável para ser aplicada como língua oficial ou não (CALVET, 2002). A política linguística é pensada na base das propostas elaboradas por conjuntos de pessoas que pertencem uma determinada sociedade que estão preocupados de resolver o problema de comunicação na sua comunidade linguística.

Segundo Calvet (2002, 2007), há duas maneiras distintas para pensar as políticas linguísticas: *in vivo* e *in vitro*. O *in vivo* é quando os problemas de comunicação são resolvidos por pessoas que convivem juntos numa determinada sociedade e praticam a mesma língua. Enquanto que *in vitro*: a decisão já é tomada pelo estado, porém, é o estado que decide “sobre essas práticas”. O autor defende que o primeiro alega-se que a decisão, ou seja, a lei para essa prática não é tomada por estado, mas, sim, por indivíduos que se encontram na mesma esfera social e são eles que têm por obrigação de implementar qualquer que seja decisão porque são eles que criam e praticam essas ações, ou seja, “elas surgem no processo social e são produtos das práticas sociais” (p. 68 a 69).

O segundo tipo alega-se que a decisão é atribuída por estado, o estado tem todo direito de decidir qual seria as mudanças a serem feitas na língua que é falada nessa sociedade, nesse caso, o poder da escolha e as decisões centraliza-se no estado. Ainda segundo Calvet, as políticas linguísticas *in vitro* modificam-se principalmente com ajuda dos linguistas/ técnicos, que têm experiências de analisar e descrever as situações linguísticas, pensem hipóteses a volta do futuro das situações e criam mecanismos para travar esse problema. Por outro lado, o estado estuda as ideias que foram propositadas

por esses técnicos, escolhe a proposta que de um lado por outro acha mais viável para aplicar. Segundo Torquato (p.1047),

As políticas *in vitro* correspondem ao planejamento linguístico, que se caracteriza como a implementação efetiva das escolhas referentes aos usos linguísticos na sociedade. Convém destacar que nem todas as ações de planejamento linguístico envolvem linguistas ou técnicos. Por vezes, são ações determinadas pelo Estado sem participação daqueles. (Calvet, 2007, apud Torquato, 2011, p. 1047)

Fazendo uma ponte da visão de Calvet com a realidade da Guiné-Bissau, pode-se perceber que a gestão *in vivo* impera desde os tempos arcaicos, o kriol falado nos tempos mais antigos não tinha muito traços linguísticos com o português, ou seja, não havia muitos empréstimos como se verifica hoje em dia; havia mais empréstimos das línguas étnicas dos diferentes grupos que constituíam um mosaico histórico cultural do país.

No período atual, sobretudo após a independência do país, vê-se muito este fenômeno. O frequente contato da língua portuguesa com o povo guineense, devido sua oficialização, faz com que os guineenses tivessem vontade de fazer alguns empréstimos das palavras de português para o kriol, daí que o kriol começou se transformar pouco a pouco, antes, não era usada com muita frequência. Como a língua é criada pelo homem com o propósito de se comunicar uns aos outros; ela é viva e está em constante evolução e, que muda com um estágio de tempo, é nesse sentido que o kriol veio a mudar devido a esse motivo, na qual algumas palavras que eram usadas com muita frequência que hoje não são mais, e houve também a entrada das novas palavras no kriol. Tudo isso, foi possível graças a dinâmica dos falantes dessa língua, sem, no entanto, a intervenção do estado, ou seja, é a gestão *in vivo*.

Já a gestão *in vitro* na realidade guineense, tem um status mais privilegiado por Estado, mas, não impera tanto na sociedade guineense, porque não há uma lei que proíba o uso das outras línguas nativas, apesar de o português ser a língua oficial do país e do ensino, mas, isso não impede que o kriol seja a língua mais falada e de maior domínio em território nacional.

É evidente que em qualquer que seja processo de ensino aprendizagem, sempre existe uma língua que vai ser escolhida para que possa ser usada. Desse modo, é através das políticas linguísticas que se define tal língua e se indica qual língua será utilizada. Por outro lado, no caso dos países africanos que foram colonizados pelos europeus, definem a língua de colonização como a língua oficial. Percebe-se que foram obrigados a aceitar

essa proposta porque os colonizadores acharam por bem que é a única forma de se manterem as suas hegemonias políticas, social e cultural.

Alguns pesquisadores acharam interessante pensar na educação guineense, um país que na maioria da sua população tem o crioulo como língua dominada, falada e compreendida quase por toda, mas, que não é a língua do ensino, o português que é a língua dos colonizadores que é falada e compreendida por minoria do povo guineense, é vista como a língua do ensino. Isso mostra claramente que as políticas linguísticas que determinam a oficialização da língua, ou seja, que decreta a lei do uso da língua, o planejamento linguístico é a forma de aplicar a decisão tomada pela política linguística.

Na Guiné Bissau, o crioulo é a língua mais falada, mas, até hoje não havia um equilíbrio de uma forma direta com o português, uma vez que ela é a língua nacional dos guineenses e, até hoje não foi oficializado em Guiné Bissau, porque o estado guineense não tem uma política voltada à valorização da sua própria identidade.

Em um país que o seu povo se sente mais à vontade de se expressar na sua própria língua, mas, que tem como a sua língua oficial o português, que é falada por minoria da sua população, leva o povo guineense a se sentir limitado e constrangido por ser proibido de expressar a sua língua com toda liberdade em detrimento ao da variedade do português falado em Portugal e, sobretudo, não é a língua do ensino escolar guineense, o português que é a língua dos colonizadores passa a ser língua mais privilegiada por estado guineense, deixando de lado a sua pertença. O português em Guiné Bissau tem um status maior que o crioulo porque o estado guineense não tem um plano linguístico voltado a sua própria identidade, isso demonstra que até hoje existe uma ideologia linguística colonial portuguesa em Guiné Bissau.

Tal como afirma Antunes (2009, p. 21) “todas as questões que envolvem o uso da língua não são apenas ‘questões linguísticas’; são também ‘questões políticas, históricas, sociais e culturais’”. O líder do Partido Africano para Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC), Amílcar Cabral, que dirigiu a luta e conquistou a independência da Guiné-Bissau, manifestava-se abertamente a favor do uso de português na escola.

Para nós tanto faz usar o português, como o russo, como o francês, como o inglês, desde que nos sirva, como tanto faz usar tratores [tratores] dos russos, dos ingleses, dos americanos, etc., desde que tomando a independência, nos sirva para lavrar a terra [...] Muitos camaradas, com sentido oportunista, querem ir para frente com o crioulo. Nós vamos fazer isso, mas depois de estudarmos bem. Agora a nossa língua para escrever é o português. Afinal, o português (língua) é uma das melhores coisas que os tucas nos deixaram, porque a língua não é prova de nada mais senão um instrumento para os

homens se relacionarem uns com os outros [...] A língua é um instrumento que o homem criou através do trabalho, da luta para comunicar com os outros [...] Nós, Partido, se queremos levar para frente o nosso povo, durante muito tempo ainda para escrevermos para avançarmos na Ciência, a nossa língua tem que ser o português. E isso é uma honra. É a única coisa que podemos agradecer aos tucas (CABRAL, 1990 apud NAMONE & TIMBANE, 2017, p. 59)

O kriol como sendo a língua mais falada na Guiné Bissau e de maior domínio pelo seu povo, embora não seja a língua do ensino aprendizagem, desempenha um papel muito importante no ensino fundamental e médio, sobretudo no aprendizado dos alunos, os materiais didáticos são elaborados em língua portuguesa e são aplicadas nas salas de aulas na mesma língua por professores, porém, os alunos sentem muitas dificuldades na assimilação dos conteúdos dados pelos professores.

Sendo assim, no sentido de fazer para que os alunos assimilassem os conteúdos que são dados, os professores sempre recorreram ao kriol para fazer o maior entendimento dos alunos que, na verdade os alunos guineenses conseguem-se assimilar e entender bem quaisquer que sejam conteúdos já que foram passadas em língua kriol, isso demonstra a grandeza que a língua kriol tem dentro do ensino guineense.

Vale também ressaltar que até na Assembleia Nacional Popular guineense, que é um dos três pilares da nossa constituição da república, os debates, na maioria das vezes, são feitos em kriol para facilitar a maior compreensão dos seus debatedores, no sentido de sentirem maior liberdade de expressão, sendo que é a língua nacional e de maior domínio pela maioria; os documentos são elaborados e lidos em língua portuguesa, mas, são interpretadas em língua kriol, fazendo com que a mensagem atinja a todos os debatedores.

3 Caminhos para a valorização do Kriol em Guiné-Bissau

Como a língua é um instrumento de comunicação criado pelo homem para estabelecer a relação entre os indivíduos, que permite qualquer que seja indivíduo exprimir os seus sentimentos, por essa razão, a coisa mais marcante na vida é de ser ensinada na sua língua materna, pois permite com que a pessoa assimile qualquer que seja o conteúdo de uma forma mais fácil e tranquila. Freire (2011, apud Sampa e Silva, 2017, p. 237):

Acredita que a melhor forma de ensinar é por via da linguagem maternal, que é a língua que as pessoas têm mais probabilidade de dominar através do contato permanente. Não existe nada igual a aprender um conteúdo na língua que domina, haja vista que não só facilita a assimilação do conhecimento como também deixa os aprendentes mais animados, fato que traz, com certeza,

grande produtividade e eficácia na hora de passar o que se aprende para outras pessoas (caso dos professores). (Freire, 2011, 237)

Devido ao ensino ocorrer em língua portuguesa, que não é a materna da população, os alunos guineenses encontram muitas dificuldades na assimilação dos conteúdos, uma vez que os alunos guineenses dominam mais a língua kriol. Sendo assim, existem séries de dificuldades na assimilação dos conteúdos, por outro lado, se o kriol fosse a língua do ensino em Guiné Bissau, os alunos, possivelmente, não encontrariam muitos problemas na assimilação dos conteúdos. Portanto, é urgente estado tomar as medidas cabíveis de fazer um trabalho de base para que o kriol seja oficializado e ensinada nas escolas.

Segundo Silva e Sampa (2017), pode-se verificar que em Guiné Bissau, em algumas escolas publicas e privadas, os estudantes não são admitidos de falar o kriol no recinto escolar, sendo que, é a língua que se sentem mais avontade de se comunicar uns aos outros. Até na sala de aulas, às vezes, o professor percebe que o aluno assimilou alguma coisa, mas, não lhe permite expressar em kriol, o aluno por sua vez, fica com medo de responder em kriol. Isso leva o aluno a memorizar a grámatca e o dicionário, que vai servir para ele como a base de comunicação e de responder algumas questões colocadas pelo professor. Ele usa esse meio por ter medo de errar. Muitas das vezes o professor fica corrigindo o aluno toda hora e, os colegas rindo dele, esse tipo de comportamento faz com que o aluno fique mais calado ainda e com muita vergonha de falar.

Cá (2010) citado por Silva e Sampa, (2017, p. 238), a entidade superior do país pode adotar uma nova política voltada ao sistema educacional do país com relação a língua, no sentido de evitar os obstáculos encontrados no sistema educacional do país. Sendo assim, ele afirma que a linguagem não serve só par expressar os sentimentos, mas sim, como ligação de uma a outras, ou seja, a função de lucotor e receptor.

Nesse caso, o estado guineense tem que encerrar muito sério nas medidas possiveis para encontrar uma solução que vai de acordo com as exigencias comunicativas básicas. Segundo Silva e sampa (2017, p. 238),

É imperioso reconhecer que esse problema não se limita apenas à formação dos professores, se dominam os conteúdos ou não e nem aos alunos, que na maioria dos casos são vítimas do próprio sistema. Não são esses dois agentes o responsável pelo fracasso da educação guineense, pelo contrário, trata-se dos

verdadeiros prejudicados nesse sentido. Os alunos passam por essas situações devido ao fraco domínio em língua portuguesa, pois os primeiros contatos com língua, na maioria dos casos, acontecem quando começam a frequentar as salas de aulas.

Essa dificuldade, ao fraco domínio em língua portuguesa, tem a ver com o fraco contato dos estudantes com a língua portuguesa. Por outro, a falta de vontade e de incentivo do estado guineense em não possuir uma política bem traçada para o desenvolvimento sustentável e consolidado na educação do país. É de sublinhar que para superar a crise política educacional na Guiné-Bissau, é bom que haja a busca incessante de melhores soluções: passar pela nova política em vez de tradicional, para que cada aluno sinta responsável pela sua aprendizagem.

Segundo Lopes e Sampa (2016, p. 37), percebe-se que no segundo quadro (02), os alunos falam a língua somente nas aulas, que corresponde “em média as aulas duram 4 horas por dia, que são também 4 horas da prática com a língua portuguesa diariamente, o que totalizam 20 horas por semana, de segunda-feira à sexta-feira”. As horas que sobra é ocupado com a língua kriol e, em algumas comunidades, pelas línguas étnicas que cada um desses alunos pertencem, incluindo os fins de semana e nos dias feriados. Sabe-se que somente a língua não pode garantir uma boa qualidade da educação, mas ela é uma das ferramentas cruciais para alcançar essa meta.

Algumas realidades podem servir de referência à Guiné-Bissau, como podemos constatar na abordagem desencadeada pelos dois linguistas que fizeram trabalho sobre o Kriol guineense voltada a educação.

Ao problematizar a escolha do português como a língua oficial e do ensino pelo governo da Guiné-Bissau, o linguista japonês Atsushe Ichinose propõe oportunamente os seguintes questionamentos: a LP difundiu-se suficientemente no país para ser a língua do povo? Os guineenses podem-se orgulhar do sucesso na educação escolar através desse idioma? Os guineenses conseguiriam obter, com o auxílio do português, o conhecimento científico e tecnológico da modernidade para desenvolvimento do seu país? Não se notam hoje, na sociedade guineense, os efeitos negativos que resultaram da escolha do português como a língua oficial e de ensino no país? (NAMONE e TIMBANE apud ICHINOSE, 1996, p. 49-50).

No sentido de dar ênfase a essa questão, o autor citado por Namone e Timbane, Estado guineense pode aproveitar para fazer com que o ensino guineense seja de qualidade, que vai de acordo com a sua realidade educacional, valorizar sua língua nacional, que na verdade, todos os guineenses se sintam à vontade de falar seja em qualquer lugar que for.

Considerações finais

Este artigo objetivou discutir a conjuntura da língua portuguesa na realidade guineense. A partir das discussões dos autores que contribuíram na realização deste trabalho, percebemos o ensino da língua portuguesa contribuiu muito e de forma negativa no fracasso do ensino guineense. Por outro lado, pode-se perceber que esse tipo de ensino é mais voltado para a memorização de dicionário e da gramática, ou seja, este ensino é, a rigor, um ensino descontextualizado e mecânico e avessos à realidade bissau-guineense, fato que compromete a aprendizagem de estudantes nessa referida língua. Tal fato, resulta na fraca competência comunicativa, assim como na escrita, visto que é o idioma com pouco contato no contexto bissau-guineense, apesar de ser uma língua oficial.

Percebe-se ainda que os conteúdos ministrados no ensino da língua portuguesa não coadunam com o de ensino do português como uma língua segunda ou uma língua não-materna.

Pode-se dizer que a ausência de uma política educacional voltada à realidade guineense também é um fator determinante no fracasso desta língua lusa, de outro lado, e, de outro, é a falta do crioulo no ensino escolar guineense. Sabe-se que a língua crioula é a língua mais falada em todo território nacional.

Os problemas que são identificados nesse idioma no ensino guineense têm a ver com o não comprometimento e engajamento do Estado guineense que é entidade máxima que deve determinar o ensino dessa língua; em função disso, deve-se repensar a política linguística educacional voltando à realidade bissau-guineense. Inicialmente, é urgente levar em consideração a língua nacional e sua oficialização junto ao português; como planejamento dessa política, o Estado poderá realizar campanhas de alfabetização de língua crioula mostrando sua importância no ensino nas escolas públicas e privadas do país e, sobretudo, investir na produção de materiais didáticos na língua guineense.

Por fim, esperamos que este trabalho possa contribuir bastante para os futuros pesquisadores que pretendem seguir nessa linha de pesquisa na área de Letras - Língua Portuguesa, inclusive, no domínio do ensino de língua portuguesa na Guiné-Bissau, propiciando os caminhos para valorização de crioulo.

Referências

- ANTUNES, I. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. 1.ed. São Paulo: Parábola, 2009.
- CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002. 172 p.
- CALVET, Louis-Jean. **Os instrumentos do planejamento linguístico**. *As políticas linguísticas. Florianópolis e São Paulo: Ipol/Parábola* (2007): 61-86.
- COUTO, Hildo H. do; Embaló, Filomena. **Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau: um país da CPLP**. *Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*. Brasília: Thesaurus editora, n. 20, 2010.
- DA SILVA, Ciro Lopes; SAMPA, Pascoal Jorge. **A Língua Portuguesa na Guiné-Bissau: Influência do Crioulo e a Identidade Cultural no Português**. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, 2017, 31: 231-247.
- EMBALÓ, Filomena. **O crioulo da Guiné-Bissau: língua nacional e factor de identidade nacional**. *PAPIA-Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico* 18.1 (2009): 101-107.
- EMBALÓ, Filomena. **O crioulo da Guiné-Bissau: língua nacional e factor de identidade nacional**. *PAPIA*, n°18, p.101-107, 2008. Disponível em: <<http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/viewFile/2027/1848>>. Acesso: 19 jun. 2016.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 14ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- GUINÉ-BISSAU. *Instituto Nacional de Estatística e Censo*. 3º Recenseamento geral da população e habitação. Bissau: INEC, 2009.
- NAMONE, Dabana; TIMBANE, Alexandre António. **Consequências do ensino da língua portuguesa no ensino fundamental na Guiné-Bissau 43 anos após a independência**. *Mandinga-Revista de Estudos Linguísticos (ISSN: 2526-3455)*, 2017, 1.1: 39-57.
- ROUGÉ, Jean-Louis. **Uma hipótese sobre a formação do crioulo da Guiné-Bissau e da Casamansa**. *Soronda* 2 (1986): 28-49.
- TORQUATO, Cloris Porto. **Políticas linguísticas oficiais em Cabo Verde**. *Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978)* 40.2 (2011): 1045-1059.
- TRAJANO FILHO, Wilson. **Uma experiência singular de crioulição**. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2003.